

ANC - P 3

Brasil permanece presidencialista

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte decidiu ontem pela manutenção do regime presidencialista, aprovando a emenda dos Constituintes Humberto Lucena (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), Teodoro Mendes (PMDB-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) por larga maioria: foram 344 votos favoráveis, 212 contrários e apenas 3 abstenções. Pela primeira vez, todos os 559 Constituintes estiveram presentes a uma votação.

As três abstenções foram do Presidente da mesa, Deputado Ulysses Guimarães — que sempre se abstém — e dos Deputados João Paulo (PT-MG) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão.

Antes de iniciar o processo de votação, Ulysses Guimarães deu a palavra ao Relator, Bernardo Cabral, que aproveitou para censurar uma referência feita antes,

por um parlamentarista, ao Senador Luís Vianna, que como Ministro do Governo Castelo Branco assinara lista de cassações de mandatos e direitos políticos. Cabral lamentou o fato, lembrando que se considera um grande amigo do Senador Jarbas Passarinho: “E ele cassou o meu mandato” — acrescentou. Ao lado de Passarinho, o Deputado Delfim Netto (PDS-SP) apressou-se em recordar a sua assinatura, também presente no documento de cassação de Cabral.

O episódio serviu para quebrar um pouco o clima de tensão, que já tomava conta do plenário, pouco antes da votação. Mesmo assim, Cabral teve dificuldades para terminar seu parecer — favorável ao parlamentarismo —, diante das vaias de membros do Centrão.

O Relator fez dois reparos de ordem técnica à emenda presidencialista. O primeiro, sobre as

já aprovadas “medidas provisórias” — que substituem o decreto-lei e que seriam figura exclusiva do parlamentarismo —, porque podem fazer do regime “a repetição de duas ditaduras disfarçadas, o Chile e o Paraguai”. A segunda, sobre a criação das “medidas programáticas” — também de iniciativa do Presidente — que, segundo Cabral, “anulam a ação do Senado, criam o tricameralismo e prejudicam os interesses do Nordeste e do Centro-Oeste”.

Todas as lideranças partidárias usaram o microfone do plenário para orientar as bancadas sobre a votação. Contra a emenda presidencialista, pronunciaram-se os líderes do PCB, Roberto Freire; do PCdoB, Haroldo Lima, e do PSB, Ademir Andrade. Pela aprovação, manifestaram-se somente os do PT, José Genoíno, e do PDT, Brandão Monteiro.

Centrão, PDT e PT: adversários comemoram juntos

BRASÍLIA — Mal terminou a votação sobre o sistema de Governo, começaram as comemorações do plenário — finalmente livre de suas tensões — e as apostas a respeito da disputa posterior. A nova polêmica envolvia a duração do mandato presidencial e o otimismo foi a tônica dos comentários de presidencialistas dos mais variados matizes, sobretudo dos que torciam pelos cinco anos. Para eles, aquela vitória era uma espécie de prenúncio do resultado da votação que viria depois. Se o presidencialismo havia tido sucesso tão esmagador, raciocinavam, certamente o mandato de cinco anos também seria a ideia vencedora.

Na verdade, embora sorrissem, os presidencialistas já estavam divididos: enquanto o Centrão saudava o resultado, mostrando os cinco dedos da mão, os

membros de partidos como o PT e o PDT faziam o mesmo gesto, mas com o número quatro.

Logo que o plenário se refez da emoção, o Presidente da mesa, Deputado Ulysses Guimarães, colocou em votação a emenda dos Deputados Osvaldo Coelho (PFL-PE) e Orlando Bezerra (PFL-CE), que pretendia mudar a eleição do Presidente, adotando um sistema no qual o resultado da votação em cada Estado seria computado através de média ponderada. Defendida pelos autores como forma de igualar o peso dos Estados na eleição presidencial, a emenda foi considerada “uma reedição do Colégio Eleitoral”, como afirmou o Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que falou contra a sua aprovação. A emenda foi rejeitada por 246 votos contra 225 e 13 abstenções.

Presidente acha que vitória é de todo o País

BRASÍLIA — “Eu acho que essa é uma vitória do País. Não é uma vitória pessoal.” O feliz comentário foi feito pelo Presidente José Sarney, ao deixar o Palácio do Planalto, no início da noite de ontem, depois de uma primeira reunião de avaliação, em seu gabinete, sobre o resultado da votação do sistema de Governo.

Sarney acompanhou a votação do gabinete do terceiro andar, em companhia de assessores e do filho Fernando. Um dos primeiros a cumprimentá-lo pela vitória foi o assessor especial, Thales Ramalho. Em seguida, começaram a chegar os Ministros e a reunião foi ampliada.

“Agora, vamos com calma” — anunciou o Presidente, revelando a cautela do Governo com relação ao resultado obtido no final da tarde. Nesse momento, esta-

vam com ele os Ministros Costa Couto, José Hugo Castelo Branco, Vicente Fialho, Aluizio Alves, Rubem Bayma Denys e o assessor Thales Ramalho.

Ao contrário do que ocorreu na votação da comissão de Sistematização, a definição de ontem mobilizou o Presidente, desde a noite de segunda-feira. No Palácio da Alvorada, às 23hs, Sarney ainda estava reunido com os Ministros Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo; Costa Couto, do Gabinete Civil, e com o Governador Fernando César Mesquita, de Fernando de Noronha.

Ontem, Sarney pediu aos auxiliares que não comemorassem, apesar da vitória. Mas à noite, no Palácio da Alvorada, recebeu um grande número de parlamentares, Ministros e Governadores que foram cumprimentá-lo pelo resultado.